

Doutorando em Planejamento Territorial e desenvolvimento social pela Universidade Católica de Salvador. Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social pela Fundação Visconde de Cairu. Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu (1990) e em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (2000). Especialista em metodologia do ensino, pesquisa e extensão em educação pela Uneb (2001). Professor assistente do Colegiado de Ciências Contábeis / Uneb- Camaçari. Professor assistente da Universidade Católica de Salvador/ Departamento de Ciências Contábeis. Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Católica de Salvador.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Recebido em 14/janeiro/2015

Aprovado em 01/junho/2016

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

A CONTABILIDADE E A AFERIÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UM ESTUDO MULTICASO

RESUMO

Este artigo tem por objetivo investigar como a Contabilidade Socioambiental, Responsabilidade Social e Sustentabilidade podem contribuir para desempenho competente da organização. Como procedimentos metodológicos utilizou-se a pesquisa bibliográfica e em meio eletrônico, estudo multicase em entidades do ramo da indústria e de serviço e coleta de dados pelos procedimentos de pesquisa documental. Quanto à natureza a pesquisa foi exploratória e descritiva e quanto à abordagem, optou-se pela qualitativa. O presente estudo revela que a utilização da Contabilidade Socioambiental por parte das empresas, principalmente nas indústrias, é de suma importância, uma vez que suas atividades geram externalidades positivas e negativas para a sociedade e o meio ambiente. A fim de garantir-se a efetivação de uma gestão social e ecológica responsáveis, é fundamental que as instituições de ensino superior tenham, em suas matrizes curriculares, disciplinas de natureza social e ambiental para que, assim, disponibilizem para o mercado profissionais capacitados a promoverem o desenvolvimento sustentável e buscarem na Contabilidade as técnicas e informações necessárias para a aferição da responsabilidade social corporativa.

Palavras-chave:

Contabilidade Socioambiental. Ensino Superior.
Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável.

1. INTRODUÇÃO

A associação entre desenvolvimento e sustentabilidade vem sendo, nas últimas décadas, alvo de constantes releituras, uma vez que, para muitos, ambos parecem polissêmicos, incompatíveis e excludentes.

A partir de tal constatação, necessário se faz admitir que os termos “desenvolvimento” e “sustentabilidade” possuem em si a mesma importância e desafios para as atuais incertezas do mundo contemporâneo e que, assim o sendo, referidos termos não devem ser entendidos sob o olhar de uma esperançosa revolução ou pela concretização do sonho neoliberal da economia globalizada, mas sim como questões que estão além dos princípios, valores sociais e políticos que tendemos a lhes conferir. Mas, de fato, quais os seus reais sentidos e significados?

A inquietação que culminou no presente artigo, procurou compreender os paradigmas em torno da citada questão e, para tanto, se sustentou no fato de que a formação de uma nova consciência em torno do progresso da humanidade deve considerar as práticas de gestão corporativa vigentes. Neste sentido, tem-se que a Contabilidade Socioambiental se tornou uma conquista para a classe contábil. Esse ramo da Contabilidade, além de apresentar uma legislação bem elaborada acerca do meio ambiente, constitui-se numa importante contribuição para a gestão empresarial, uma vez que possibilita a avaliação, o registro, a demonstração e a análise dos fatos ambientais e sociais decorrentes de sua atividade exploratória.

Tanto a Contabilidade como a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e a sustentabilidade são conceitos importantes para o desenvolvimento de políticas sociais e ambientais responsáveis. Todas devem possibilitar o questionamento quanto ao desempenho socioambiental das empresas e a importância da educação nesse processo de conscientização a respeito da responsabilidade social individual e empresarial.

Já as questões associadas ao desenvolvimento social estão cada vez mais sendo discutidas e exigidas, uma vez que o mundo empresarial já percebe que não poderá continuar utilizando os recursos naturais e a força produtiva do ser humano sem preocupar-se em minimizar os impactos de suas atividades no meio ambiente e na sociedade, sendo necessário, para isso, a internalização de que crescimento econômico-financeiro deve caminhar lado a lado com as questões pertinentes às esferas humanas e ambientais.

Em conformidade com o contexto até então apresentado, a presente pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: Como a Contabilidade pode contribuir para aferição da responsabilidade social corporativa?

Os objetivos procuram demonstrar o que se espera em uma pesquisa, logo, para definir o caminho para se construir a resposta ao problema, tem-se como objetivo geral: Analisar como os fundamentos científicos e técnicos da Contabilidade contribuem para a avaliação da RSC. Já os objetivos específicos relacionam-se às ações preliminares que permitirão o alcance do objetivo geral e ainda nortearão a construção dos capítulos e subseções do estudo e assim optou-se por: investigar como a Contabilidade Socioambiental, Responsabilidade Social e Sustentabilidade podem contribuir para o desempenho competente da organização; e identificar ferramentas contábeis de responsabilidade social que auxiliem no planejamento da empresa, facilitem seu crescimento e tenham impacto direto no desenvolvimento da comunidade local.

A importância dessa pesquisa quanto ao aspecto científico deve-se à constatação de que o momento histórico atual tem sido apontado por muitos como determinante para a conscientização de que o desenvolvimento econômico pode e deve consolidar-se também com base nos fundamentos da sustentabilidade.

A relevância social da presente pesquisa decorre da necessidade de evidenciação do papel das instituições de ensino superior na articulação dos processos educativos como estratégias para o desenvolvimento local sustentável.

2. A CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Contabilidade Socioambiental surge como desafio para o século XXI, pois cada vez mais as pessoas estão tomando consciência da grande relevância não só para as suas vidas e para a sociedade.

Antes os recursos naturais eram simplesmente considerados como matéria-prima, importante para gerar enormes lucros para as empresas, hoje a visão é de preservação ambiental.

As questões sociais e ambientais são um dos pontos mais importantes na atualidade, levando à demanda de informações sobre o impacto socioambiental das atividades empresariais.

A Contabilidade, por ser considerada como instrumento de tomada de decisões e principal meio de comunicação entre as entidades e agentes sociais, tem por objetivo buscar meios para que se possa entender e procurar soluções para diminuir o efeito dos problemas, tanto no que se refere ao uso de registros, relatórios e demonstrações.

As pessoas estão em processo de conscientização nas mudanças de hábitos e comportamento para o meio ambiente, pois as atividades que mais utilizam os recursos naturais têm um grande comprometimento com o padrão de vida dos indivíduos. Há alguns anos esse tema vem sendo o centro das atenções da classe empresarial. Muitas empresas, aos poucos estão incluindo na sua política estratégica a questão socioambiental com intuito de reduzir, ou quem sabe, eliminar os impactos ambientais, mostrar perante a sociedade, a sua contribuição para o meio ambiente e, portanto, a sua Responsabilidade Social.

A Responsabilidade Social, cada vez mais toma conta do cotidiano do empresariado, pois há preocupações não somente com a gestão do negócio, mas também com a questão da preservação do meio ambiente. A contabilidade, como ferramenta essencial na evolução das informações patrimoniais, financeiras e econômicas da empresa, deve incluir também nos seus novos relatórios gerenciais as informações de relevância ambiental, para melhorar o acesso dos usuários a essa nova fonte de dados.

Deste modo, a Contabilidade pode e deve auxiliar na busca de soluções, desse novo questionamento do século XXI.

Com a evolução das informações contábeis, a sociedade força as empresas a divulgarem o maior de número de dados possíveis para melhor resultado na sociedade.

O mundo empresarial tem como principal função tratar e divulgar a qualidade de vida das comunidades de seus colaboradores, pois a proposta relacionada ao Social deixa de ser uma obrigação para as empresas para se tornar uma vantagem competitiva deste mercado em constantes mudanças políticas.

A contabilidade é a ciência que controla o patrimônio das entidades, ou seja, mensurar, identificar, avaliar e divulgar os fatos. Para Ludícibus (1997, p. 44):

A contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa ou, melhor dizendo, que o homem que conta. A necessidade de acompanhar a evolução dos patrimônios foi o grande motivo para seu desenvolvimento. O surgimento do capitalismo deu impulso definitivo a esta importante disciplina, potencializando seu uso e aumentando sua eficácia.

No entanto, Ribeiro (2006) diz que a Contabilidade Ambiental não é uma nova ciência, mas sim uma segmentação da tradicional já amplamente, conhecida.

Já para Carvalho (2009), não se confunde em nenhuma nova técnica ou ciência, e sim como destaque dado pela ciência aos registros e evidenciação das entidades referentes aos fatos relacionados com meio ambiente. Nesse contexto, Ferreira (2003 *apud* RIBEIRO, 2006) fala que a Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova Contabilidade, representa, sim, uma especialização da contabilidade tradicional.

Sobre a questão do conceito de contabilidade ambiental, tem-se ainda, a visão de Holding Gray “e colaboradores” (1993, p.6 *apud* SANTANA, 2006, p.6):

O que entendemos da contabilidade ambiental? Isto está aberto a interpretações. Entretanto, [...] ela pode ser tomada como cobrindo todas as áreas da contabilidade que podem ser afetadas pelo efeito das questões ambientais, incluindo novas áreas, incluindo novas áreas de contabilidade ecológica.

Contabilidade ambiental cobrirá:

Contabilidade de passivos contingentes e riscos;

Contabilidade para reavaliação de ativos e projeções de capital;

Análise de custos em áreas chaves como energia, resíduos e proteção ambiental;

Inclusão de fatores ambientais para avaliação de investimentos;

Desenvolvimento de nova Contabilidade e sistemas de informações;

Avaliação de custos e benefícios de programas de melhoria ambientais;

Desenvolvimento de técnicas contábeis que expressem ativos e passivos e custos em termos ecológicos (não-financeiro).

(tradução livre, grifos acrescentados).

No que diz respeito ao registro e geração de relatórios com finalidade, Paiva (2003 *apud* SANTOS; et.al, [200-?]) fala que a Contabilidade Ambiental foi feita para auxiliar na elaboração do planejamento estratégico, servir como parâmetro no gerenciamento das atividades-alvo e fornecer informações externas no sentido de prestações de contas dessas atividades. Segundo Tinoco (2008, p.139):

A Contabilidade Ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já, amplamente, conhecida. Adaptando o objetivo desta última, podemos definir como objetivo da contabilidade ambiental: identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômicas – financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

Já Ramanathn (1976 *apud* KROETZ, 1999) afirma que na década de setenta conceituava-se Contabilidade Social como “[...] um processo de seleção de variáveis, medidas e procedimentos para avaliar a atividade social da empresa com o objeto de produzir informação relevante e divulgá-la aos públicos interessados, internos e externos”. Mais recentemente, Gray e colaboradores (1996 *apud* SANTANA, 2006) a definem como “[...] um processo de divulgação, a grupos particulares e à sociedade em geral, dos impactos sociais e ambientais resultantes da atividade econômica das organizações, que vão para além da informação econômica e financeira que é fornecida aos detentores do seu capital”. Segundo Tinoco (2008, p.139):

[...] as empresas têm um papel social e ambiental extremamente relevante. Através de uma prática empresarial sustentável, provocando mudança de valores e de orientação em seus sistemas operacionais, estarão engajadas à ideia de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, com responsabilidade social.

Para proporcionar o bem-estar da população, as empresas necessitam, de acordo com Martins e Ribeiro (1995, p.2 *apud* TINOCO; KRAEMER, 2008, p.29):

[...] empenhar-se na manutenção de condições saudáveis de trabalho, na segurança, no treinamento e no lazer para seus funcionários e familiares; na contenção ou eliminação dos níveis de resíduos tóxicos, decorrentes de seu processo produtivo e do uso ou consumo de seus produtos, de forma a não agredir o meio ambiente de forma geral; na elaboração e na entrega de produtos ou serviços, de acordo com as condições de qualidade e segurança desejadas pelos consumidores.

3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A mensuração social nas empresas, segundo Tinoco (2008), está sendo cada vez mais utilizada pelas entidades, como sendo resultado de uma coalizão de interesses entre os mais diversos grupos sociais. As exigências estão de acordo com o poder de investigação, interação com a sociedade e a necessidade de informações em menor intervalo de tempo, que reflete na tomada de decisão.

Diante de tudo que acontece à nossa volta, a responsabilidade é questão de extrema importância em um ambiente competitivo regido por leis, normas, costumes a serem obedecidos.

Existem muitas definições e denominações utilizadas para o termo responsabilidade social, as denominações mais destacadas são: “Responsabilidade Social Empresarial (RSE); Responsabilidade Social Corporativa (RSC); Responsabilidade Corporativa (RC); Cidadania Corporativa (CC) e Responsabilidade Social (RS).” (DIAS, 2012, p. 20). Afirma ainda que “a maioria se refere às empresas, deixando de lado, as demais organizações, tanto pública, como privada ou do terceiro setor, que também devem comprometer-se com a responsabilidade social.”

Responsabilidade social empresarial é um termo muito usado, porém pouco compreendido. Segundo o Banco Mundial (apud DIAS, 2012, p. 22) “RSE abrange uma vasta gama de questões relativas à conduta empresarial, de governança corporativa e proteção ambiental, às questões de inclusão social, direitos humanos e desenvolvimento econômico nacional.”

A responsabilidade social também pode ser descrita como um meio de administrar os negócios da empresa, provendo mais valor para os acionistas e para a sociedade, e com isso gerando mais valor para a própria empresa. (MARTINS, 2008)

Segundo o Instituto Ethos (apud DIAS, 2012, p. 22):

A responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ele se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

De acordo com Melo Neto e Fróes (1999 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 136) define responsabilidade social de uma empresa como: “decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce.” Já Barros e Tenório (2006 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 136) “definem responsabilidade social corporativa como toda ação oriunda de uma empresa pautada em valores éticos que objetive corresponder às necessidades dos *stakeholders*¹, priorizando o bem-estar da sociedade e do ambiente em que esta esteja inserida.”

Conforme o Banco Mundial (apud DIAS, 2012, p. 21), define responsabilidade social empresarial como sendo:

O compromisso da empresa em contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável – trabalhando com empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em seu conjunto – para melhorar a qualidade de vida, de tal modo que ambas sejam boas para o negócio e para o desenvolvimento.

Tendo o mesmo conceito do Banco Mundial o Conselho Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council on Sustainable Development* – WBCSD) (apud DIAS, 2012, p. 21) aponta que “O compromisso das empresas de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com os empregados, sua família, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar sua qualidade de vida.”

Já o *Business for Social Responsibility*² (BSR) (apud DIAS, 2012, p. 21), define responsabilidade social empresarial como “a administração de um negócio de forma que cumpra ou ultrapasse as expectativas éticas, legais, comerciais e públicas que tem a sociedade diante de uma empresa.”

Enquanto alguns autores apontam a responsabilidade social como uma atitude para melhorar o meio ambiente e a sociedade, outros visam como um movimento capitalista, como é o caso de Ventura e Vieira (2006 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 137) onde eles “definem a RSE – Responsabilidade Social Empresarial – como parte de um movimento de deslocamento do capitalismo, sendo uma realidade socialmente constituída com objetivos precisos.”

¹Partes interessadas. Ex: acionistas, fornecedores, cliente, etc.

²Responsabilidade Social para Negócios

Para dar um sentido à Responsabilidade Social Corporativa, Jones (1997 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 134) aponta duas perspectivas:

- a) **relacionada com as atitudes corporativas internas**, que se refere à forma como a corporação realiza as operações diárias de suas principais funções;
- b) **relacionada com as atitudes corporativas externas**, referentes à participação da corporação fora de seus interesses empresariais diretos.

Segundo Martinelli (1997 apud ALBUQUERQUE, 2009), apresenta uma concepção de evolução da empresa em três partes. A primeira é a empresa unicamente como um negócio, onde a companhia é vista apenas como um instrumento de lucratividade, onde os empresários pensam apenas nos investidores e no retorno do seu capital; A segunda é a empresa como organização social, onde a corporação pensa não só nos investidores como também nos clientes, fornecedores, funcionários, sociedade; A terceira é a empresa-cidadã, essa empresa adere à responsabilidade social como um todo, agindo com ética não só no ambiente interno, como no ambiente externo, pensando por último na sua lucratividade.

Conforme Dias (2012, p. 20), “A RS é um conjunto de ideias e práticas da organização que fazem parte de sua estratégia e que tem como objetivo evitar prejuízo e/ou gerar benefícios para todas as partes interessadas (*stakeholders*) na atividade da empresa.” Benefícios esses que podem gerar custos para as empresas, pois para uma companhia adotar as práticas de responsabilidade social, tem que desembolsar valores altos que só se transformará em lucro no longo prazo e é esse um dos motivos para algumas corporações não serem socialmente responsáveis. A respeito da responsabilidade social é importante destacar que:

Hoje, muitos executivos já têm a consciência de que só se terá um desenvolvimento sustentável de longo prazo com ações de responsabilidade social, e que a melhoria da qualidade de vida da comunidade em que a organização está inserida também irá levar a uma maior lucratividade, além de imagem projetada pela empresa para seus clientes, concorrentes, parceiros, que pressiona a novas legislações nessa área. É a ideia de conservação ambiental para gerações futuras, limitando o uso de recursos não renováveis, desenvolvendo uma cultura de maior aproveitamento e reciclagem (ALBUQUERQUE, 2009, p. 137).

Muitos empresários visam a Responsabilidade Social apenas como uma estratégia lucrativa para a empresa. Com referência a isto, ressalta-se que: “Embora se possa considerar a RS como uma estratégia empresarial rentável, não se pode considerar unicamente este aspecto, nem considerá-la como um modismo passageiro ao qual as empresas se aproximam para obterem retornos em termos de Marketing.” (DIAS, 2012, p. 19).

Com base em *Corporate Social Responsibility*³ (CSR) (2006 apud VELLANI, 2011, p. 4), “considera que a responsabilidade social não possui uma definição universal, e pode ser percebida pelo setor privado como uma maneira de integrar a variável econômica, social e ecológica.”. Dias (2012 p. 6) leva em consideração a variável citada por CSR, segundo ele,

O termo responsabilidade social remete à boa governança da organização, a uma gestão ética e sustentável e ao conjunto dos compromissos voluntários que uma organização assume para administrar seus impactos sociais, ambientais e econômicos que produz na sociedade.

O texto da *International Organization for Standardization*⁴ (ISO) 26000 (2009 apud DIAS, 2012, p. 21) afirma que:

Responsabilidade social é a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividade na sociedade e no meio ambiente, por meio de comportamento transparente e ético que:

- contribua para o desenvolvimento sustentável, para a saúde e o bem-estar da sociedade;
- leve em consideração as expectativas dos stakeholders;
- esteja em conformidade com a lei e seja aplicável e consistente com as normas internacionais do comportamento; e
- seja integrado em toda a organização e praticado em seus relacionamentos.

“A responsabilidade ampla se divide em duas visões: a moderna, que acredita que a pratica da RS traz benefícios para a empresa; e a filantrópica que entende que RS de ser praticada mesmo que não traga lucro para a empresa.” (QUAZI ; O’BIEN, 2000 apud ALBUQUERQUE, 2009) e Conforme os autores,

A responsabilidade estreita se desdobra também em duas visões: a visão socioeconômica, na qual a função-objetivo da empresa é a maximização do valor para o acionista, mas que as ações de responsabilidade social podem ajudar nessa geração de valor, e a visão clássica, em que as ações de responsabilidade social não geram valor para a empresa e, portanto, não devem ser desenvolvidas.

Essa segunda vertente, responsabilidade estreita, vai totalmente de encontro com os conceitos de responsabilidade social corporativa, sendo uma visão mais radical. Uma empresa que opta por não ser socialmente responsável, pelo fato de não gerar lucro para a empresa não está pensando na sociedade, nos funcionários, nos cliente, etc. Pior a empresa que é responsável socialmente, apenas porque gera valor a empresa. Com base nesta situação abordada, Credidio (2008 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 138) salienta que “é imprescindível que as empresas entendam que RSC e investimento social privado não devem ser utilizados como simples estratégia de marketing.”



FIGURA 1: Modelo Bidimensional de RSC

FONTE: Quazi e O'Brien (2000 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 140)

Uma empresa que opta por não ser socialmente responsável, pelo fato de não gerar lucro para a empresa não está pensando na sociedade, nos funcionários, nos clientes, etc. Pior a empresa que é responsável socialmente, apenas porque gera valor a empresa. Com base nesta situação abordada, Credidio (2008 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 138) salienta que “é imprescindível que as empresas entendam que RSC e investimento social privado não devem ser utilizados como simples estratégia de marketing.”

Apesar do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade empresarial e da responsabilidade social corporativa terem conceitos diferentes, todos têm o mesmo foco que é a melhoria do planeta Terra através da sustentabilidade. No meio empresarial segundo Dias (2012, p. 31) “os **stakeholders** vigoram interesses bastantes divergentes, embora haja muitas coincidências entre eles, como por exemplo, na questão ambiental, pois é uma tendência da sociedade como um todo buscar sustentabilidade empresarial.”

As companhias não podem apenas pensar em sustentabilidade no ambiente externo da empresa é importante também ser sustentável no ambiente interno. Alguns empresários pensam no ambiente interno como sendo os acionistas e os proprietários, esquecendo-se do mais importante que são os empregados, os consumidores e seus fornecedores, pois não sendo responsável sustentável com os mesmos a empresa não tem o seu lucro. Uma empresa que não exerce a sustentabilidade empresarial interna, os empregados trabalham em um ambiente muito ruim, portanto não trabalham direito, os consumidores compram e os fornecedores não fornecem produto para uma empresa malvista perante a sociedade. “As empresas devem ser administradas em benefício de todos os indivíduos e grupos que participam em seu desenvolvimento ou podem ser afetados por suas atividades.” (DIAS, 2012, p. 30).

Com relação ao meio ambiente interno das empresas é importante ressaltar que:

Cada um dos grupos envolvidos tem seus próprios objetivos e interesses, o que deve ser levado em consideração pela organização, pois cada um tem diferentes necessidades e motivações que devem ser levadas em consideração. Por exemplo, enquanto os proprietários têm interesse prioritário nos lucros, os trabalhadores buscarão além de melhor remuneração, melhores condições de trabalho e segurança; aos consumidores por sua vez, lhes interessará produtos de melhor qualidade e a baixo custo e assim por diante. (DIAS, 2012, p. 31).

É importante que as organizações, reconheçam que suas atitudes podem impactar a sociedade e as partes interessadas. Com base no reconhecimento da responsabilidade social o ISO 26000 (ABNT, 2010, p. 15) aposta que:

Ao abordar sua responsabilidade social, convém que a organização compreenda três relações:

- **Entre a organização e a sociedade** Convém que a organização compreenda e reconheça como suas decisões e atividades impactam a sociedade e o meio ambiente. Convém que a organização também compreenda as expectativas da sociedade quanto ao comportamento responsável no tocante a esses impactos.
 - **Entre a organização e suas partes interessadas** convém que a organização esteja ciente de suas várias partes interessadas. Elas são os indivíduos ou grupos cujos interesses poderiam ser afetados pelas decisões e atividades da organização.
-

- **Entre as partes interessadas e a sociedade** convém que a organização compreenda a relação entre os interesses das partes interessadas que são afetados pela organização, por um lado, e as expectativas da sociedade por outro. Embora as partes interessadas sejam parte da sociedade, elas podem ter um interesse conflitante com as expectativas da sociedade. As partes interessadas têm interesses peculiares em relação à organização, que podem ser distinguidos das expectativas da sociedade de comportamento socialmente responsável referente a uma determinada questão. Por exemplo, o interesse de um fornecedor em ser pago e o interesse da sociedade no cumprimento dos contratos podem ser perspectivas diferentes sobre uma mesma questão.



FIGURA 2: Relação entre a organização, suas partes interessadas e a sociedade

FONTE: ISO 26000 (ABNT, 2010, p. 15)

A organização precisa saber que suas atitudes podem causar um impacto muito grande não só nas partes interessadas, mas também na sociedade e no meio ambiente, e que a sociedade tem uma expectativa de que a empresa vai apresentar atitudes socialmente responsáveis. E que a depender das atitudes das organizações, os interesses dos *stakeholders* para com a empresa podem alterar.

A empresa também precisa reconhecer que a sociedade e as partes envolvidas têm interesses totalmente diferentes. Desta forma, o sistema é visto desta forma:



FIGURA 3: Tiple Botton Line
FONTE : Adaptado de Dias(2012)

Conforme se observa na figura 3, a empresa atua em dois ambientes: a) a sociedade, ou seja, o ambiente humano, constituído de costumes, normas, leis, inter-relações econômicas etc., que lhe demanda informação sobre suas atividades e como estas influenciam a própria sociedade e o meio ambiente; e b) o meio ambiente, dividido entre artificial (construído pelo homem) e natural (como ecossistemas naturais), que está sujeito às consequências das atividades.

Para Tinoco e Kraemer (2004, *apud* SANTOS, et al., [200-?]), as empresas que investem em meio ambiente provocam melhorias em seu desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, incentivando o incremento da produtividade dos recursos utilizados em seu processo produtivo, onde poupadores de recursos podem ser, por analogia, considerados receitas, além de contribuírem para a redução dos impactos ambientais.

Segundo Mathews e Perera (1996, *apud* SANTANA, 2006), a contabilidade social compreende as atividades associadas a: Contabilidade da Responsabilidade Social (CRS), Contabilidade de Impacto Total (CIT), Contabilidade Socioeconômica (CSE), Contabilidade de Indicadores Sociais (CIS) e Contabilidade Societal (CS).

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram adotados procedimentos sistemáticos de caráter instrumental e metodológico, com a possibilidade de elaborar um conhecimento sobre a realidade em questão. Ainda com relação a estes aspectos, pode-se dizer que o método para elaboração deste estudo é o qualitativo. A abordagem qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador com o seu principal instrumento, tendo um contato direto e prolongado do mesmo com o ambiente e a situação que está sendo investigada (LAKATOS; MARCONI, 2005).

No que tange aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva. Neste tipo de pesquisa, segundo Jung (2004), não pode haver interferência do pesquisador, que deverá apenas descobrir a frequência com que o fenômeno acontece, ou como se estrutura e funciona, pois o processo descritivo visa a identificação, registro e análise das características, fatores que se relacionam com o processo.

De acordo com Gil (2010, p. 37) o estudo de caso é:

Uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos já considerados.

Já o estudo multicaso, é explicada por Gil (2002) e Yin (2005), sendo aquela pesquisa completa, onde ocorre mais de um caso, ressaltando sua utilização, sendo as evidências desse tipo de projeto mais convincentes. O estudo multicaso é visto como um trabalho mais completo, a utilização dos casos múltiplos proporciona evidências inseridas em contextos distintos concorrendo para uma pesquisa mais ampla e de melhor qualidade. (GIL, 2002).

Nesse estudo foram utilizadas secundárias para fundamentação do tema proposto. As fontes secundárias foram oriundas de sites de empresas que têm uma política de gestão socioambiental.

Quanto aos procedimento metodológico para coleta de dados, optamos pela pesquisa documental, uma vez que pelo caráter qualitativo e descritivo da pesquisa, na mesma :

[...] tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 2013, p.122).

5. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1983, a Organização das Nações Unidas (ONU) cria a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento como um organismo independente. Em 1987, a comissão sobre a presidência de Gro Harlem Brundtland, primeira – ministra da Noruega, materializa um dos mais importantes documentos de nosso tempo – o relatório Nosso futuro comum, responsável pelas primeiras conceituações oficiais, formais e sistematizadas sobre o desenvolvimento sustentável - ideia mestra do relatório (PEREIRA; DA SILVA; CARBONARI, 2011).

Ainda segundo o relatório citado, o conceito de desenvolvimento sustentável é definido da seguinte forma: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

5.1 CONCEITO E IMPORTÂNCIA

Uma corporação precisa de um ambiente próspero entre as pessoas, ter lucro, mas que também não afete os princípios éticos e pensar no ecossistema, sem ocasionar riscos ambientais. De acordo com Dias (2012), no meio empresarial, a possibilidade de ser sustentável vem através do conceito de triple **bottom line** ou tripé da sustentabilidade, como é conhecido no Brasil. O triple **bottom line** é também conhecido com os três Ps (People, Planet and Profit, em português, Pessoas, Planeta e Lucro).

A empresa para ser sustentável precisa adquirir os três Ps. Segundo Dias (2012, p. 51) os três Ps correspondem a: “People – refere-se ao tratamento de capital humano de uma empresa ou sociedade. Planet – refere-se ao capital natural de uma empresa ou sociedade. Profit – trata-se do lucro. É o resultado econômico positivo de uma empresa.”

Lendo Dias (2012), muitas organizações estão aderindo o **triple bottom line** em suas empresas, pois transmite um conjunto de valores, objetivos e processos, onde a empresa deve focalizar para a criação do valor nas três dimensões: Econômica, Social e Ambiental.

De acordo com Dias (2012, p. 51) segue abaixo as três dimensões e ao que elas se referem.

a) A dimensão econômica – Se refere ao desempenho financeiro tradicional, mas também à capacidade da empresa em contribuir para o desenvolvimento econômico do local onde está instalada e dos seus stakeholders, respeitando os princípios éticos pressupostos ao assumir a responsabilidade social.

b) A dimensão social – Nessa dimensão se encontra as consequências sociais da atividade da empresa no conjunto de seus stakeholders: empregados (condições de trabalho, nível salarial, não discriminação, empregabilidade etc.), fornecedores, clientes (segurança e impactos psicossociais dos produtos), comunidades locais (doenças, respeito às culturas, aos hábitos e aos costumes) e a sociedade em geral. A empresa é avaliada a partir da sua política social e do respeito aos direitos humanos.

c) A dimensão ambiental – Diz respeito à compatibilidade entre atividade da empresa e a proteção dos ecossistemas. Implica na análise dos impactos da empresa e de seus produtos no que diz respeito ao consumo de recursos, de geração de resíduos, de emissões contaminantes etc.

As intersecções das três dimensões citadas acima representa um ponto tenso para a empresa que podem gerar ameaças ou oportunidades (ELKINGTON, 1997 apud DIAS, 2012).

- A intersecção entre o econômico e o ambiental está relacionada com a viabilidade da atividade humana e diz respeito, em particular, à economia de recursos, à ecoeficiência, à ecologia industrial e à valorização dos subprodutos, entre outros fatores.

- A intersecção entre o econômico e o social está relacionada com a equidade e justiça social e diz respeito aos direitos sociais e de respeito às regras da diversidade e da igualdade de oportunidade, à valorização dos recursos humanos, à participação nos resultados etc.

- A intersecção entre o social e o ambiental está relacionada com as condições que permitem tornar suportável a atividade humana: higiene, segurança, saúde, gestão de riscos profissionais e ambientais, a integração da empresa em seu mercado de trabalho, participação na vida cotidiana local etc.

- A intersecção entre as três dimensões representam a sustentabilidade.

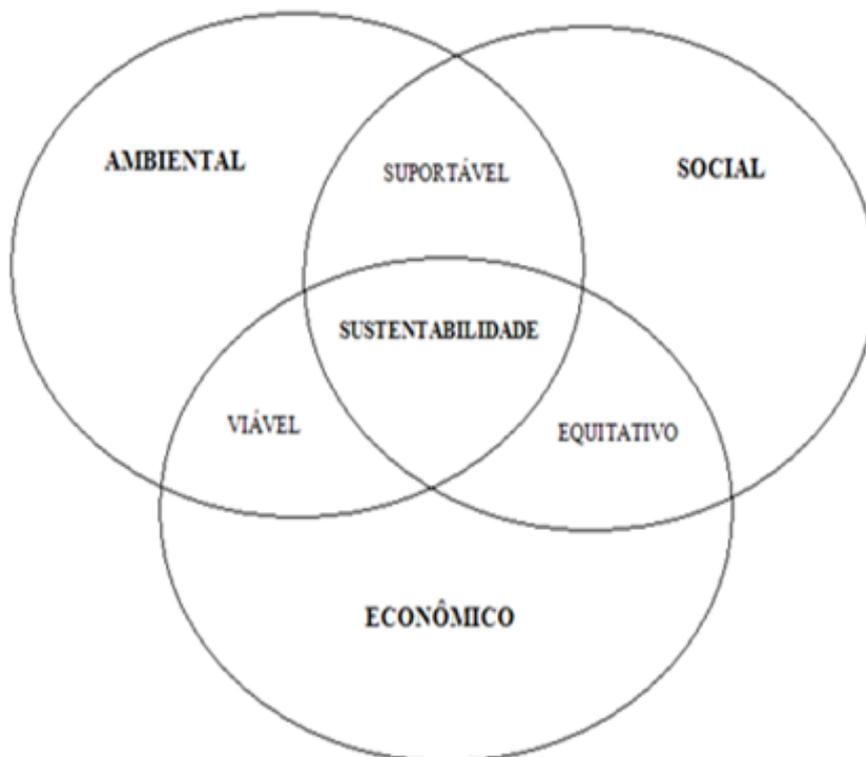


FIGURA 4: Triple Bottom Line

FONTE: Elkington (1997 apud DIAS, 2012, p. 52)

Segundo Brundtland (1987 *apud* PEREIRA; DA SILVA; CARBONARI, 2011, p.69) desenvolvimento sustentável é “O equilíbrio que procura as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”.

A primeira etapa para conquistar o desenvolvimento sustentável é reconhecer que os recursos naturais são finitos. Utilizar os bens naturais, com critério e planejamento, para depois traçar um novo modelo de desenvolvimento econômico para a humanidade.

Seria bem interessante adotar as práticas dos 4-Rs: Reduzir = Reduzir o lixo que produzimos, comprando produtos de que realmente precisamos e que não venham com muita embalagem; Reutilizar = reaproveitar embalagens, como plásticos, latas e vidros; Reciclar = Orienta separar o que pode ser transformado em outro produto; e Recuperar = Uma opção direcionada maioritariamente para a indústria, quando as três primeiras não podem ser usadas. (PEREIRA; DA SILVA; CARBONARI, 2011).

Esse novo modelo de desenvolvimento vem surgindo ao longo dessas últimas décadas como forma de minimizar as diferenças entre a classe dos ambientalistas e classe do empresariado, com características nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, veio para superar as diferenças entre os países desenvolvidos e emergentes.

Para Palácios (2008), para o alcance do desenvolvimento sustentável é necessário o planejamento e o reconhecimento de que os recursos naturais são finitos.

Para Galvão Pereira, da Silva e Carbonari (2011, p.109), quando se fala em desenvolvimento sustentável, é quase que automático a importância de admitir a “Economia Verde”.

5.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi feita nos sites das empresas: Coelba (2012), Natura (2012) e Santander (2012), para que assim tivéssemos acesso às demonstrações contábeis de natureza socioambiental utilizadas pelas citadas entidades.

a) Análise dos fatores internos

O Instituto Ethos (2013) aponta que “Empresas cujos valores são percebidos como positivos pela sociedade tendem a ter uma vida longa”. Dessa forma, os investimentos realizados internamente possuem total relevância. Através desse tópico, buscamos descrever como as entidades investigadas têm agido com os seus empregados.

Coelba: Após uma análise das demonstrações contábeis da empresa, destacam-se os seguintes aspectos:

- Investimento de 9,5 milhões de reais no ano para Projetos de Pesquisa e desenvolvimento. Através deste valor, percebemos que a Coelba tem um perfil interessante para universitários e os próprios funcionários da empresa, por conta do bom valor investido na pesquisa. Essa ação não é favorável apenas para os pesquisadores. A própria Coelba ganha muito com essas pesquisas, buscando formas de reduzir custos e procurar melhorar as próprias ações, aumentando suas vantagens competitivas.
 - Em meio a 2.516 empregados, 58 deles (2,3%) são deficientes. Um bom grau de acessibilidade, embora esse número possa ser maior.
 - Em 2012, 296 pessoas foram contratadas, enquanto 317 saíram da empresa, gerando uma taxa de rotatividade de 12,2%. O fato do número de pessoas contratadas ter sido menor do que o número de pessoas dispensadas pode provocar uma incerteza para as pessoas que têm interesse de trabalhar na empresa. Por conta disso, é recomendável que a empresa admita mais pessoas e busque reduzir esse índice de trabalhadores desligados da entidade.
 - A destinação de 600 mil reais para bolsas de estudo para cursos de graduação e pós-graduação é um reflexo do interesse da empresa em ter mais pesquisadores e utilizá-los para os projetos de pesquisa da empresa.
 - Fica nítido que maior parte do investimento da Coelba internamente vai para pesquisas e desenvolvimento. Há pouco investimento nos empregados da empresa.
-

Natura: Por seguinte, investigamos alguns dados da Natura e alguns fatores internos importantes, como os seguintes: como a Natura tem uma relação muito próxima com o meio ambiente, investiu cerca de R\$ 73,2 milhões em Sustentabilidade, por meio de créditos de carbono, principalmente. A consequência foi a redução de 7,4% nas emissões de gases do efeito estufa, de 2008 a 2012. Aquisição de ônibus executivos movidos a etanol, o qual reduz a emissão dos gases em 88%. Nesse quesito, pouco investimento é realizado para os empregados também, embora os investimentos realizados tenham sido bastante relevantes.

Santander: Através do Relatório Anual do Santander (2012), podemos destacar os seguintes aspectos:

- Investimento de 108 milhões de reais em treinamento, com um crescimento de 13% comparado ao exercício anterior. É um investimento de suma importância e a empresa teve uma boa visão ao aumentar os investimentos, pois os próprios profissionais fazem a empresa crescer;
- Cerca de 990 profissionais, que correspondem a uma pequena margem de 1,83% da totalidade de empregados (54 mil empregados compõem o Santander Brasil), participaram do programa Ser Gestor, ofertado para coordenadores, supervisores e gerentes do próprio Banco, voltados para a área de Gestão de Pessoas. É um número relativamente pequeno de profissionais, visto que é um programa incentivador das qualidades profissionais. Outra alternativa é o programa Ser Líder Santander, o qual abrangeu, em 2012, 500 profissionais (cerca de 0,93%). Esse programa visa a preparação de líderes, para garantir os objetivos dos negócios e a coerência dos conteúdos estratégicos organizacionais. Seria importante uma participação mais efetiva de outros funcionários, para possibilitar um maior crescimento na carreira, não somente em alcance nacional, mas internacionalmente também, tendo em vista que o Santander é sediado na Espanha;
- Inclusão de grupos sociais historicamente desfavorecidos, como deficientes. Mais de 2600 empregados (cerca de 4,81%) com deficiência visual, auditiva, física ou intelectual estão trabalhando no Banco Santander.

No caso do Santander, o investimento é voltado para a área de gestão de pessoas, para possibilitar um crescimento dos profissionais e, por consequência, da empresa.

b) Análise dos fatores externos

Para o cumprimento dessa análise, foi considerado, assim como o Instituto Ethos (2013), que “a preocupação com o meio ambiente é talvez a pedra-fundamental da discussão hoje em prática sobre o direcionamento do processo produtivo para a gestão responsável dos recursos”. Cada empresa tem um tipo de impacto e comportamento diferente com relação ao meio ambiente e isso será observado nas análises posteriores.

Coelba: Depois de uma análise dos fatores internos relevantes, destacam-se agora alguns pontos importantes obtidos das demonstrações da Coelba:

- Valor investido em educação e cultura: R\$ 1.971 mil. O investimento é realizado, todavia é pouco (considerando-se seu faturamento) para contribuir com a sociedade. Assim como são realizados alguns programas entre os estudantes universitários, poderiam ser criados projetos para os estudantes, educando-os e instruindo-os sobre o consumo de energia, dentre outros temas.
- Investimento de R\$ 4,7 milhões em projetos culturais, patrocinando filmes como *Reis e Ratos*, *Casa da Mãe Joana 2*, *Até que a sorte nos separe* e outros.
- Fornecimento às entidades da região metropolitana de Salvador algumas caixas de coleta de materiais, proporcionando treinamento aos envolvidos;
- Investimento de R\$ 479 mil reais em saúde, em 2012, todavia foi o mesmo valor do ano 2011. Sem dúvida, é um investimento importante, por conta de todos os problemas que a sociedade encontra nesse setor. Entretanto, é um setor com bom potencial de aproveitamento, já que muitas empresas não investem.

Natura: A Empresa apresenta uma relação intensa e próxima com as questões ambientais. A seguir, estão assinalados alguns projetos de compensação desenvolvidos por conta da emissão de gases do efeito estufa e outros pontos relacionados com a sociedade:

- Reflorestamento de áreas degradadas na Colômbia.
- Projeto de carbono no corredor da biodiversidade Emas-Taquari.
- Uso de biomassa renovável.
- Carbono socioambiental do Xingu – propõe a recuperação de 220 hectares de áreas de preservação degradadas dos cursos d’água nos formadores do Rio Xingu.
- Acompanhamento dos impactos ambientais dos fornecedores – ponto muito importante, porém não observado por conta da população. Afinal, todos os produtos necessitam de uma matéria-prima, sendo que muitos não são oriundos da própria Natura. Por conta disso, é importante ter um fornecedor confiável e que não cause muitos danos ao meio ambiente. Isso demonstra o compromisso da entidade com toda a rede ligada à ela.
- Criação do Instituto Natura, que é uma organização sem fins lucrativos e com o intuito de expandir as ações sociais da empresa. Os projetos são financiados pela venda da linha *Natura Ver para Crer* e é revertido integralmente. Além desse valor, a Natura contribui com 0,5% do lucro líquido do exercício para a manutenção operacional.
- Os investimentos e despesas relacionados à sustentabilidade chegaram a R\$ 73,2 milhões no ano de 2012. Ou seja, investimentos feitos para a elaboração das estratégias de resíduos sólidos e água; atividades para redução do gás carbônico; desenvolvimento de tecnologias limpas; entre outros.

Santander: Por fim, os próximos pontos abordados dizem respeito a alguns investimentos realizados pelo Santander e seu compromisso com a sociedade:

- O valor destinado ao investimento social e cultural foi de 113,8 milhões de reais. Investimento maior até que o investido para os empregados. Percebe-se, então, que a entidade tem um interesse e uma contribuição relevante para os projetos sociais.
- Desse total de 113,8 milhões de reais, um milhão foi destinado para prêmios e bolsas de estudos para universitários. É um estímulo à pesquisa científica e à extensão universitária.
- O Grupo Santander tem um objetivo de diminuir as emissões de Gases de Efeito estufa em 7,5% até 2013. Para isso, terá ações ambientais como compra de créditos de carbono; e através dessa compra dos créditos, incentivar os funcionários a estipular seu impacto ambiental.
- Nos prédios administrativos da entidade, uma redução relevante da produção de resíduos foi consequência da implantação do processo de compostagem, reduzindo em 77% o lixo orgânico gerado, comparado ao ano anterior.
- Com a participação no Rio+20⁵, a empresa traçou metas e compromissos com a sustentabilidade. Destacam-se: a obtenção de 1,650 milhão de acessos aos conteúdos *online* de sustentabilidade; aumentar em 50% os participantes do Programa Construção Sustentável; aumentar em 50% os participantes do Programa Construção Sustentável; entre outros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de mensuração clara dos fatos contábeis de natureza socioambiental prejudica as transações comerciais, pois o mercado não mais aceita as empresas que poluem e não se preocupam com questões socioambientais. Neste mercado, são os investidores que pensam duas vezes em colocar seu capital em empresas que desconhecem seus passivos social e ambiental.

Quanto ao problema que norteou este trabalho, é possível concluir que a a Contabilidade possibilita sim a aferição da responsabilidade social corporativa, uma vez que suas técnicas e fundamentos científicos auxiliam na preservação do meio ambiente e na redução dos custos e desperdícios. Também deve contribuir para a evidenciação de gastos com eventos ambientais e sociais em suas demonstrações promovendo, com isso, a transparência junto às partes interessadas, servindo como canal de diálogo entre a empresa e a sociedade.

O estudo revela que a área contábil é de grande relevância na atualidade, visto que a preocupação com o meio ambiente é mundial, e gradativamente vem-se unindo interesses para que se estabeleça a sustentabilidade, onde fatores econômicos, sociais e ecológicos sejam aplicados de forma equilibrada, reduzindo ou eliminando os impactos negativos. Para que isso ocorra é necessário a participação de todos os agentes sociais. Logo, é imprescindível que as Instituições de Ensino Superior que oferecem o Bacharelado em Ciências Contábeis contemplem, em sua matriz curricular, componentes (disciplinas) como Contabilidade Socioambiental, Responsabilidade social, Gestão ambiental, Políticas públicas e Psicologia Comportamental.

⁵Conferência das Nações Unidas realizada em 2012 no Rio de Janeiro para discutir os compromissos de cada país sobre o desenvolvimento sustentável.

A Ciência Contábil constitui-se em relevante ferramenta para evidenciar e tornar transparente a relação das empresas para com o meio social e ambiental. O uso da mesma ajudará a analisar, mensurar, planejar e controlar as questões de natureza social e ambiental nas empresas e, através de uma gestão ambiental efetiva, fará frente a outros desafios, como atender às exigências da legislação, assim como, também, tornar a empresa mais atraente e competitiva, investindo em elementos socioambientais para o equilíbrio da sua atuação no ambiente no qual está inserida.

Considerando as diversas áreas que podem ser abordadas em relação à Contabilidade, faz-se necessário abranger a atitude e a postura de uma empresa em motivação às responsabilidades sociais e ambientais produzidas por ela. A empresa deve demonstrar seu interesse em relação aos problemas enfrentados e encontrados no mundo, tirando a responsabilidade de resolvê-los do governo e também abrindo mão de parte de suas riquezas e realizando atividades que poderão fazer a diferença no mercado mundial.

Ao pesquisar sobre Balanço Social, pode-se mencionar que mesmo não sendo o ponto principal e relevante de sua criação a abordagem dos lucros, o mesmo pode criar um equilíbrio entre as partes, estabelecendo a preocupação com o social e os interesses próprios de cada entidade. O Balanço Social por sua vez, talvez seja uma das demonstrações mais significativas da contabilidade social. Diante de tantas informações, é visto que muitas entidades mesmo desenvolvendo questões sociais, não demonstram através de publicações a sua relação para com o público interno e externo, deixando de usar esse instrumento importantíssimo para o seu crescimento, devido a não obrigatoriedade do mesmo. Mesmo sendo adotado por algumas empresas, existem discussões em torno da veracidade dos fatos abordados, levando em consideração a postura ética empresarial.

Cabe a empresa evidenciar que se vive em um processo de mudança constante. Se adaptar ao meio acaba sendo uma questão de sobrevivência. Empresas que querem se manter no mercado competitivo, sempre se encontram dispostas as novas tendências. Fazer sua campanha social e ambiental não se resume a simples responsabilidade e consciência empresariais, mas também parte do sucesso e da credibilidade a ser conquistada por ela, evitando o risco de serem questionadas, processadas e cobradas pelos seus atos.

Os custos e os indicadores a serem adotados no Balanço Social ainda são mantidos como argumentos para a não utilização e implantação deste demonstrativo contábil pela empresa. Os públicos internos e externos estão se tornando exigentes em relação às questões sociais e ambientais, levando a empresa aos poucos a adotarem e levarem em consideração esse tipo de consciência.

Por fim, entendendo que as investigações aqui consideradas não esgotam o assunto, sugerimos, para novos estudos, a replicação desta pesquisa em outras entidades do segmento da indústria e serviços, a fim de estimular novas discussões e reflexões sobre a pertinência da abordagem de temas relacionados às questões socioambientais e à Responsabilidade Social Corporativa em diferentes componentes curriculares da matriz curricular dos Bacharelados em Ciências Contábeis. Isso porque, educar num cenário onde a diversidade se faz cada vez mais presente, é um desafio para se superar a postura individual em favor da coletividade, que a educação superior se torne no fio condutor para múltiplas atividades e saberes.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida; et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2010 .

ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

AMBIENTE GESTÃO. **Técnicas e procedimentos para serem seguidas pela Empresa**. [S.l], [200?]. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/passivo_ambiental/tecnicas_e_procedimentos_para_serem_seguidas_pela_empresa.html>. Acesso em: 11 jun. 2013. e Acesso em: 17 nov 2013

ANDRADE, Rui Otávio Bernades de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão Ambiental – Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed . São Paulo. Makron Books: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR ISO 26000**. Diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro, ABNT, 2010. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field_generico_imagens-filefield-description\]_65.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_65.pdf). Acesso em: 21 mai. 2013

ARAUJO, Francisco José. Auditando o balanço social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, (DF), Ano XXXII, n 140, p.83-89, mar. abr; 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR ISO 26000**. Diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro, ABNT, 2010. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field_generico_imagens-filefield-description\]_65.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_65.pdf). Acesso em: 21 jan. 2014

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. **Legislação**. Brasília, (DF), 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm >. Acesso em: 22 jun. 2013.

_____. Lei 3.116, de 14 de Maio de 1997. **Legislação**. Brasília (DF), 1997. Disponível em:< http://www.balancosocial.org.br/media/PL_3116-97.doc>. Acesso em: 22 jun. 2013.

_____. Lei 6.938, de 31 de Agosto de 1981. **Da política nacional do meio ambiente**. Brasília, DF: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: 22 jun. 2013.

_____. **Resolução**. Conama nº 001 de 23 de janeiro de 1986. Brasília (DF), [200-?]. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 31 mai. 2013

BUARQUE, C. **Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior +5**, UNESCO, 23-25 de jun. de 2003. Disponível em: <http://dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000035.pdf>. Acesso em: 08. Jul. 2011.

BRASKEM S.A. **Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e relatório dos auditores independentes**. Disponível em :http://www.anefac.com.br/Uploads/Arquivos/DFS/Dfs_2013/Acima_de_5_bilhoes/Brasken/02.pdf . Acesso: 17 nov 2013

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006

COELBA. Relatório de Sustentabilidade 2012. Disponível em: <<http://www.coelba.com.br/Sustentabilidade/Documents/relatorios/Relatorio%20Sustentabilidade%202012.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

CAVALCANTE, Carmem Haab Lutte. Divulgação e transparência de informações ambientais. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade. Brasília, (DF), ANO XXXI, n.159, p.59-73, maio. jun; 2006.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga. **Contabilidade Ambiental Teoria e Prática**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1003, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 Informações de Natureza Social e Ambiental. **Legislação**, Brasília, (DF), 2004. Disponível em:< <http://www.cfc.org.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Responsabilidade Social: fundamentos e razões**. São Paulo: Atlas, 2012.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. Coordenação Sérgio de Iudícibus. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES. NPA 11. **Normas e Procedimentos de Auditoria – Balanço e Ecologia**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=223>>. Acesso em: 21 jun. 2103.

INSTITUTO ETHOS. Meio Ambiente. Instituto Ethos. Disponível em: < <http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. Valores, Transparência e Governança. Instituto Ethos. Disponível em: < <http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 06 dez. 2013

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, S.;MARION,J.C;FARIA,A.C. **Introdução à teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JUNIOR, Sebastião Bergamini. Avaliação Contábil do Risco Ambiental. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 301-328, Dez. 2000.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade Ambiental como sistema de informações. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, (DF), ANO XXXI, n. 133, p.69-82, jan. fev; 2002.

_____. **Contabilidade Ambiental** – relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. GestioPolis, Bogotá-COL, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/Canais4/fin/relatorio.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2011.

_____. **A contabilidade como instrumento de gestão ambiental**. Net, Brasil, out. 2004. Disponível em:<<http://www.gestiopolis.com/recursos3/docs/fin/contgesamb.htm>>. Acesso em: 31 mai. 2013.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balço Social**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Contabilidade Social**. Rio Grande do Sul, 1999 Disponível em:< <http://intranet.ms.sebrae.com.br/stored/696090185.pdf>>. Acesso: 31 mai. 2013.

MARTINS, C.M.F.; BERNADO, D.C.R.; MADEIRA, J.G. Origem e evolução do balanço social no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, 2002. Vol.13, n.1, p.105-116, abr.2002. Disponível:< <http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/191>>. Acesso em: 31 mai. 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEOPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, José Pedro Soares. **Responsabilidade Social Corporativa: como a postura responsável compartilhada pode gerar valor**. São Paulo: Komedi, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MADEIRA, G.J; MARTINS, C.M. F; BERNADO, D.C.R. Origem e evolução do balanço social no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v.13, n.1, p.105 -116, abr. 2002.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. **Declaração do Rio sobre o meio ambiente e desenvolvimento**. Brasília (DF), [200-?]. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=576>>. Acesso em: 31 mai. 2103.

_____. **A carta da Terra**. Brasília (DF), [200-?]. Disponível em:<http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2013.

MORAES, Maria Cristina Pavan de; et al. Evolução histórica dos estudos sobre a ética. In. **Ética, responsabilidade social e governança corporativa**. Cândido Ferreira da Silva Filho; Gideon Carvalho de Benedict; José Francisco Calil (Orgs). São Paulo: Editora Alínea, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004.

MAGALHÃES, Luiz Marconi Fortes. Educação ambiental e sociedades sustentáveis: um saber-fazer para as pessoas viventes no mundo contemporâneo. **Revista da FAEBA**. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I, Salvador, vol. 16, nº 28, jul/dez 2007.

MARQUES, Vânia de Loudes;ALLEDI FILHO, Cid. **Responsabilidade Social** : conceitos e práticas. São Paulo : Atlas, 2012.

NATURA. Relatório Natura 2012. Disponível em: <http://natura.infoinvest.com.br/ptb/4264/RelatorioAnual_2012_CompletoGRI_Port.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2013.

NEGRA, C. A. S.; TEIXEIRA, F. S.; CARMO, R. F. O Balço Social na gestão das instituições de ensino superior. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, (DF), ANO XXXI, n.138, p.69-87, nov. dez; 2002.

NEGRA; E.M.S;SILVA,E.P.COSTA. Análise de aderência dos currículos de graduação em Ciências Contábeis a distância no Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, (DF), ANO XLI, n.192, p. 33-45, 2012.

PALÁCIOS, MP. **O que é desenvolvimento sustentável?** Net, Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.rumosustentavel.com.br/o-que-e-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, (DF), ANO XXXI, n.134, p.51-59, mar. abr; 2002.

PINTO, Anacleto La urino; RIBEIRO, Maísa de Souza. O Balanço Social como instrumento de evidenciação de responsabilidade social: um estudo no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, (DF), ANO XXXIV, n.154, p. 37-49, jul. ago; 2005.

PEREIRA, A.C; DA SILVA, G. Z; CARBONARI, M. E. E. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2011.

RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Jardel Messias; GOMES, Thaís Reis . **APLICABILIDADE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CONTABILIDADE: análise** documental das demonstrações contábeis de grandes empresas. Lauro de Freitas, 2013. Análise Documental, Universidade do Estado da Bahia.

SANTOS, A.R. P et al. **Gestão Socioambiental**. Contabilidade Ambiental: Uma contribuição da Ciência Contábil a Sustentabilidade da Gestão Ambiental. Brasil, [200-?]. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/47.pdf>. Acesso: 31 mai. 2013.

SANTANDER. Relatório Anual 2012. Disponível em: <<http://sustentabilidade.santander.com.br/oqueesustentabilidade/default.aspx>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

SANTANA, C.M . **Por uma outra contabilidade: A responsabilidade social das empresas e as Teorias do Patrimônio Líquido**. Universidade de Brasília. C.M. São Paulo, 2006. Disponível em:< <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos62006/450.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2013.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS-CORRÊA, S.R. DOS; et al. A contabilidade Ambiental como garantia de responsabilidade ambiental : o caso do passivo ambiental. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, (DF), ANO XLII, n.200, p. 37-49, 2013.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Balanço Social: Evidenciação da Responsabilidade Social. In: FERREIRA, A.C.S; SIQUEIRA, J.R.M; GOMES, M.Z. **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SUKHDEV, Pavan. **Coporação 2020: Como transformar as empresas para o mundo de amanhã**. São Paulo: Ed. Abril, 2013.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. 4. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

____. Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concentração social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, (DF), Ano XXXI, n.135, p.56-73, maio. jun; 2002.

____. **Balanço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

____. **Contabilidade e Gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2001.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. Melhorando a qualidade da informação no Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, (DF), Ano XXX, n.132, p.83-95, nov. dez; 2001.

VELLANI, Cassio Luiz. **Contabilidade e responsabilidade social: integrando desempenho econômico, social e ecológico**. São Paulo: Atlas, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
